

TRAMA GOLPISTA

ABRASIL



PGR pede
condenação
de Bolsonaro
e mais 7 réus

A Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu na segunda-feira ao Supremo Tribunal Federal (STF) a condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro (**foto**) e de mais sete réus do núcleo 1 da trama golpista. A manifestação foi enviada ao ministro Alexandre de Moraes, por volta das 23h45, e faz parte das alegações finais, a última fase antes do julgamento dos acusados, que deve ocorrer em setembro deste ano. No documento, que tem 517 páginas, o procurador-geral, Paulo Gonet, defende que Bolsonaro e os demais réus sejam condenados pelos crimes de organização criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado pela violência e grave ameaça e deterioração de patrimônio tombado. Em caso de condenação, Cid deverá ter a pena suspensa devido ao acordo de delação premiada assinado com a Polícia Federal (PF) durante as investigações. Na manifestação, o procurador-geral descreveu o papel do ex-presidente Jair Bolsonaro na trama golpista. **PÁGINA 6**

STF

Audiência de conciliação sobre
alta do IOF termina sem acordo

A audiência de conciliação no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) terminou sem um acordo e caberá ao ministro Alexandre de Moraes, relator do caso no STF, dar uma decisão com base nos argumentos apresentados por todos as partes do processo. Os participantes disseram

a Moraes na reunião que "preferiam aguardar a decisão judicial" sobre o tema. O advogado-geral da União, Jorge Messias, e o advogado que representa o PSOL - autor de uma das ações sobre o tema - indicaram a Moraes que a "decisão judicial seria o melhor caminho para dirimir o conflito". **PÁGINA 2**

COMITÊ DE CRISE



VALTER CAMPANATO/ABRASIL

Governo tentará acordo antes
do prazo para tarifaço dos EUA

O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), Geraldo Alckmin, liderou ontem duas reuniões com empresários dos setores industrial e agropecuário. Ao lado de outros ministros e secretários, Alckmin recebeu informações sobre o panorama das áreas diante da decisão dos EUA de aumentar para 50% as tarifas de importação de produtos brasileiros. Os empresários manifesta-

ram confiança nas negociações conduzidas pelo governo federal e defenderam que não sejam adotadas medidas de retaliação. A produção industrial e agropecuária já registram uma série de prejuízos. Algumas associações chegaram a defender que o Brasil peça adiamento da vigência das novas tarifas, fixado em 1º de agosto. Alckmin destacou que a intenção do governo é avançar ao máximo dentro desse prazo. **PÁGINA 2**

CNS

Setor de serviços
já responde por
57% dos empregos

A pesquisa da Confederação Nacional de Serviços (CNS) apontou que o setor já responde por 57% dos empregos formais do país. Com dados relativos ao mês de maio, o levantamento mensal da entidade apurou que o segmento é responsável por 31,686 milhões dos 55,6 milhões de postos de trabalho formais no Brasil. O levantamento trouxe que o setor de serviços privados não financeiros alcançou 15,7 milhões de postos de trabalho. **PÁGINA 2**

CÂMARA



LULA MARQUES/ABRASIL

Conselho de Ética
suspende mandato
de André Janones

O Conselho de Ética da Câmara suspendeu ontem, por três meses o mandato do deputado André Janones (Avante-MG) (**foto**). Ao todo, foram 15 votos favoráveis e três contrários. Janones é acusado de proferir "xingamentos ultrajantes" contra o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) durante sessão em 9 de julho. A representação, movida pela Mesa Diretora, propunha suspensão do deputado por seis meses por "suposta quebra de decoro parlamentar". **PÁGINA 6**

INDICADORES

IBOVESPA -0,04% / 135.250,10 / -48,89 / Volume: 18.139.219.635 / Negócios: 3.549.444											
Mais Negociados				Maiores Altas				Maiores Baixas			
Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.	
MRV ON NM	6,09	-2,87	-0,18	RECRUSUL PN	1,13	+16,49	+0,16	INFRACOMM ON NM	0,040	-20,00	-0,010
BRASIL ON NM	20,90	+1,06	+0,22	OI PN N1	8,99	+10,17	+0,83	MRS LOGISTICA	22,02	-11,92	-2,98
COGNA ON ON NM	2,71	+1,12	+0,03	SER EDUCOA ON NM	9,27	+8,42	+0,72	COELBA PNA	37,43	-8,71	-3,57
B3 ON NM	13,73	+0,88	+0,12	CVC BRASIL ON NM	2,44	+6,55	+0,15	EUCATEX ON N1	20,00	-8,68	-1,90
AMBEV S/A ON	13,27	-0,15	-0,02	CRUZEIRO EDUON NM	4,960	+5,76	+0,270	AMBIPAR ON NM	149,98	-8,66	-14,22
								Bolsas no mundo			
								Fechamento			
								Dow Jones	44.023,29	-0,98	
								S&P 500	6.243,76	-0,40	
								NASDAQ Composite	20.677,799	+0,18	
								Nasdaq 100	22.884,588	+0,13	
								Euronext 100	1.585,76	-0,26	
								CAC 40	7.766,21	-0,54	
								Salário mínimo			
								R\$ 1.412,00			
								Ufir-RJ			
								R\$ 4.5373			
								Taxa Selic			
								(18/06)			
								15%			
								TR			
								(16/07)			
								0,1719%			
								Poupança			
								(16/07)			
								0,6728%			
								GP-M			
								-1,65% (jun.)			
								EURO turismo			
								Compra: 6,5442			
								Venda: 6,7242			
								IPCA-15			
								0,26% (jun.)			
								DÓLAR Ptax - BC			
								Compra: 5,5595			
								-0,23%			
								DÓLAR comercial			
								Compra: 5,5574			
								Venda: 5,5580			
								DÓLAR turismo			
								Compra: 5,5994			
								Venda: 5,7794			

MERCADOS

Bolsa emenda mais longa série negativa desde agosto de 2023

LUÍS EDUARDO LEAL
E MARIA REGINA SILVA/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) ensaiou neutralizar as perdas que prevaleceram em boa parte do pregão e, assim, impedir que, vindo da marca histórica da 141 mil pontos em 4 de julho, enca-deasse sua mais longa sequên-cia negativa, de sete sessões, desde a série recorde de 13 em baixa, de agosto de 2023.

Ontem, oscilou dos 134.380,16 até os 136.021,52 pontos, na máxima do dia, e encerrou perto da estabilida-de, mas em viés ainda negati-vo (-0,04%), a 135.250,10 pon-tos, com giro a R\$ 18,2 bilhões. Na semana, recua 0,69% e, no mês, acumula perda de 2,60% - no ano, sobe 12,44%. No fe-chamento, mostrou o menor nível desde 7 de maio, então na casa de 133 mil.

Na Bolsa, o alinhamento da maioria das ações de grandes bancos em sentido positivo do meio para o fim da tarde foi essen-cial a que o Ibovespa (Índi-ce Bovespa) se firmasse perto da estabilidade, em sessão ne-gativa para os carros-chefes das commodities, Vale (ON - 2,62%) e Petrobras (ON -1,14%, PN -0,78%), que ainda acumu-lam ganhos de até 2,39% (Vale ON) no mês, enquanto os maiores bancos caem em blo-

co em julho: entre -2,54% (Bra-desco PN) e -6,37% (Santander Unit) no intervalo.

Entre as maiores institui-ções financeiras, destaque on-tem para Santander (Unit +2,28%, na máxima do dia no fechamento) e Banco do Bra-sil (ON +1,06%), à frente de Itaú (PN +0,34%) e de Brades-co (ON +0,07%, PN -0,06%). Na ponta ganhadora do Ibo-vespa, CVC (+6,55%), São Martinho (+3,67%) e Marco-polo (+3,47%). No lado opos-to, além de Vale e Bradespar (- 2,37%), destaque também pa-ra MRV (-2,87%), RD Saúde (- 1,98%) e Prio (-1,82%).

DÓLAR

Na contramão da alta pre-dominante da moeda ameri-cana no exterior, na esteira de dados de inflação ao consumi-dor nos EUA, o dólar à vista encerrou a sessão em baixa de 0,47%, cotado a R\$ 5,5581.

Operadores ressaltam que após uma sequência de quatro pregões seguidos de valoriza-ção do dólar, com ganhos acu-mulados de 2,54% no período, havia espaço para ajustes téc-nicos e realização de lucros. Em julho, a moeda americana ainda apresenta alta de 2,28% em relação ao real.

No início da tarde, o dólar chegou a tocar R\$ 5,60, mas trocou de sinal em seguida.

STF

PEPITA ORTEGA, GABRIEL
HIRABAHASI E NAOMI
MATSUI/AE

A audiência de concilia-ção no Supremo Tri-bunal Federal (STF) sobre o aumento do Imposto so-bre Operações Financeiras (IOF) terminou sem um acordo e caberá ao ministro Alexandre de Moraes, relator do caso no STF, dar uma decisão com base nos argumentos apresentados por todos as partes do processo.

Os participantes disseram a Moraes na reunião que "prefe-riam aguardar a decisão judicial"

TARIFAÇÃO

Câmaras de comércio nos EUA e no Brasil pedem suspensão de taxas

A U.S. Chamber of Commerce e a Câmara Americana de Comér-cio para o Brasil (Amcham Brasil) divulgaram nota conjunta na qual pedem para o presidente dos Es-tados Unidos, Donald Trump, a suspensão das tarifas de 50% im-posta aos produtos brasileiros.

A taxaão às exportações brasi-leiras está prevista para entrar em vigor a partir de 1º de agosto. A nota das entidades destaca que a medida unilateral do governante dos Estados Unidos vai afetar “produtos essenciais às cadeias produtivas e aos consumidores norte-americanos, elevando os custos para as famílias e reduzin-do a competitividade de setores produtivos estratégicos dos Esta-dos Unidos”.

As duas câmaras de comércio defenderam que Estados Unidos e Brasil “se engajem em negocia-

sobre o tema. O advogado-geral da União, Jorge Messias, e o ad-vogado que representa o PSOL - autor de uma das ações sobre o tema - indicaram a Moraes que a "decisão judicial seria o melhor caminho para dirimir o conflito".

As indicações constam da ata da audiência de conciliação, juntada aos autos dos processos que tratam do IOF no STF. O do-cumento indica ainda que, após as colocações dos presentes, Moraes determinou que os au-tos fossem conclusos para deci-são - ou seja, que o processo fos-se encaminhado para que ele decida sobre o tema.

Segundo a ata, Moraes deu início à audiência fazendo um "breve relato" da situação pro-cessual e dos "pontos controver-tidos". Em seguida, se manis-festaram a advogada-geral do Se-nado, a advocacia da Câmara dos Deputados e o AGU.

De acordo com o documento, todas as partes reiteraram as manifestações escritas que já haviam juntado aos autos - ou seja, defendendo, dos respecti-vos lados, os decretos do Execu-tivo sobre o IOF e o decreto le-gislativo que derrubou as medi-das do Planalto.

Ainda de acordo com a ata,

após tais indicações, Moraes perguntou às partes se seriam possíveis "concessões recípro-cas que pudessem resultar na conciliação". Daí vieram as res-postas no sentido de que os pre-sentes preferiam aguardar a de-cisão do ministro - ou seja, não houve acordo.

A ata indica ainda que a ad-vogada-geral do Senado, Ga-brielle Pereira, chegou a pedir um maior prazo para a continui-dade das negociações, com a manutenção da decisão provi-sória já proferida por Moraes - suspendendo todos os decretos sobre o tema.

CNS

Serviços já respondem por 57% dos empregos

A pesquisa da Confederação Nacional de Serviços (CNS) apontou que o setor já respon-de por 57% dos empregos for-mais do país. Com dados relati-vos ao mês de maio, o levanta-mento mensal da entidade apurou que o segmento é res-ponsável por 31,686 milhões dos 55,6 milhões de postos de trabalho formais no Brasil.

Com base nos dados do sis-tema RAIS-CAGED do Minis-tério do Trabalho e Emprego e informações do Instituto Na-cional do Seguro Social (INSS), o levantamento trouxe que o setor de serviços privados não financeiros alcançou 15,7 mi-lhões de postos de trabalho.

Ainda pelo levantamento, o segmento de serviços privados não financeiros abriu 682 mil de janeiro a maio de 2025 so-bre igual período no ano pas-sado. Neste ano, o acumulado até maio foi de 333 mil novos empregos no campo das em-presas e 118 mil nos serviços voltados às famílias.

Por sua vez, os setores de serviços de transportes regis-

traram mais de 107 mil novos postos de trabalho no acumu-lado do ano de 2025 e igual pe-ríodo de 2024. Pela mesma comparação, os serviços de in-formação registraram a aber-tura de cerca de 31 mil postos entre janeiro e maio deste ano.

Também houve crescimen-to no setor de serviços de transportes, com mais 107 mil novos postos no período, en-quanto os serviços de informa-ção responderam por cerca de 31 mil postos de trabalho.

SALÁRIOS

No primeiro trimestre de 2025, o setor de serviços regis-trou o rendimento médio de R\$ 4,153,78, valor que, segun-do a CNS, é 14,9% superior ao da média da economia e 18,9% maior que os da indústria de transformação.

FATURAMENTO

No acumulado deste ano até março, o levantamento apurou que o faturamento do setor de serviços no país cres-ceu 7,5% na comparação com o mesmo período de 2024.

Agronegócio teme perda de safras e apoia negociação do governo com EUA

Representantes do setor agropecuário reuniram-se on-tem com ministros e secretários do governo federal para deba-ter a decisão do Estados Unidos de taxar os produtos brasileiros em 50%. Durante o encontro, eles manifestaram apoio e con-fiança nos esforços do governo em reverter a decisão, mas apresentaram um panorama preocupante de perdas caso o tarifaço se consolide a partir do dia 1º de agosto.

A reunião em Brasília foi lide-rada pelos ministros do Desen-volvimento, Indústria e Comér-cio, Geraldo Alckmin (**foto**), e também contou com a partici-pação do ministro da Agricultu-ra e Pecuária, Carlos Fávaro. En-tre os setores produtivos presen-tes estavam a pesca, pecuária, frutas e café. Mais cedo, Alck-min esteve à frente da reunião com empresários do setor in-dustrial.

Em coletiva de imprensa, o presidente da Associação Brasi-leira de Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec), Roberto Pero-sa, garantiu que a taxa imposta pelos EUA tornaria inviável a ex-portação de carne bovina para o país. De acordo com ele, diver-

sos frigoríficos já sus-penderam a produ-ção, mas cerca de 30 mil toneladas estão neste mo-mento em por-tos ou embar-cadas com destino ao t e r r i t ó r i o norte-ameri-cano.

“Nossa su-gestão de ime-diato é a pror-rogação do in-ício da taxação. Existem contratos em andamento. Precisamos de prorro-gação ou retorno à situa-ção anterior. O setor já é taxado em cerca de 36%. Esse 50% se-riam inviáveis para a exporta-ção”, destacou Perosa.

O presidente da Associação Brasileira dos Produtores e Ex-portadores de Frutas e Derivados (Abrafrutas), Guilherme Coelho, relatou o clima de pânico entre os produtores de manga.

Segundo ele, a safra foi plane-jada há seis meses e já foram contratados 2,5 mil contêineres para o transporte das exporta-

ções encomendadas pelos Estados Uni-dos. Coelho de-fendeu que os alimentos se-jam deixados de fora do ta-rifaço.

“Q u e r o aqui parabe-nizar a inicia-tiva rápida do vice-presi-dente Geraldo Alckmin, do governo brasi-leiro, do ministro Fávaro. Uma hora dessa não podemos pegar essa manga e jo-gar na Europa. Não tem logística para isso”, explicou o presidente da Abrafrutas.

“Não podemos colocar essa manga no Brasil porque vai co-lapsar o mercado. Urge uma de-finição, urge o consenso, a flexi-bilidade, um pensamento glo-bal, para não ter que deixar a fruta no pé, o desemprego em massa.”

LARANJA E CAFÉ

Os produtores de laranja também apresentaram ao go-

verno as preocupações do setor, que tem 40% das suas exporta-ções com os EUA como destino. Pelos cálculos do presidente da Associação Nacional dos Expor-tadores de Sucos Cítricos (Ci-trusBR), Ibiapaba Netto, 70% do suco de laranja importado pelos norte-americanos são de origem brasileira.

“Ainda tem tempo para nego-ciação. Temos confiança de que o governo vai alcançar um bom resultado. Precisamos de diálo-go, negociação e pragmatismo”, ressaltou Netto.

As associações do setor de ca-fé também participaram da reu-nião com o governo federal. O presidente do Conselho dos Ex-portadores de Café (Cecafé), Marcio Ferreira, disse que 33% de todo o café consumido nos EUA é produzido no Brasil.

“O café brasileiro é o mais competitivo. Traz o corpo e a do-çura que o café de outras origens não tem. O consumidor está sa-tisfeito e feliz com o café do Bra-sil”, descreveu Ferreira. “Agrade-cemos ao governo por tudo que tem feito no Brasil e no exterior, inclusive para abertura de mer-cados. Vamos achar uma solução e ela será benéfica para todos.”

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor	FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe	HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com	

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil



ACESSE NOSSO SITE

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899



HD HYUNDAI CONSTRUCTION EQUIPMENT BRASIL

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE CONSTRUÇÃO S.A.

CNPJ/MF Nº 13.837.846/0001-22



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da HD Hyundai Construction Equipment Brasil – Indústria e Comércio de Equipamentos de Construção S.A., de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as regras contábeis aplicáveis elaboradas em conformidade com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do CPC relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhado do Relatório dos Auditores Independentes. **AMBIENTE ECONÔMICO:** O ano de 2024 foi mais um período de desafios, mas seguimos otimistas quanto à recuperação da economia brasileira, especialmente no setor de construção civil. Sabemos que 2025 também poderá apresentar dificuldades, devido à instabilidade econômica que ainda afeta o país e o cenário mundial. Por isso, a HD Hyundai Construction Equipment Brasil – Indústria e Comércio de Equipamentos de Construção S.A. está se preparando e se reestruturando para enfrentar esses obstáculos, garantindo que eles não prejudiquem nossas operações. Continuamos focados em oferecer produtos diferenciados, investindo constantemente em alta qualidade, tecnologia de ponta e gestão sustentável. Assim, buscamos fortalecer nossa presença no mercado e contribuir para o crescimento do setor de construção no Brasil. **EVENTO SOCIETÁRIO:** *Alteração do CNAE principal da empresa:* Conforme AGE de 17 de outubro de 2024, foi aprovado a alteração do CNAE principal da empresa. **AGRADECIMENTOS:** Agradecemos o apoio e a participação dos Senhores acionistas, clientes, funcionários, fornecedores, órgãos governamentais e aos membros da comunidade financeira pelos resultados alcançados até agora. Itaitia, 29 de maio de 2025.

Balancos Patrimoniais Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em reais)			Demonstrações dos Resultados Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 (Em reais, exceto o (prejuízo) lucro por ação)			Demonstrações dos Fluxos de Caixa Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em reais)		
	2024	2023		2024	2023		2024	2023
Ativo								
Circulante			Receitas líquidas	900.418.204	758.655.355	Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Caixa e equivalentes de caixa	44.037.656	52.604.852	Custo dos Produtos Vendidos	(747.514.090)	(647.089.921)		50.173.303	53.676.673
Clientes	17.490.739	13.101.723	Lucro bruto	152.904.114	111.565.434	Ajustes ao lucro líquido do exercício:		
Estoque	275.895.839	289.060.378	Despesas (receitas) operacionais:			Imposto de renda diferido	11.794.537	(26.206.757)
Tributos a recuperar	121.120.639	183.626.760	Despesas comerciais	(8.912.609)	(5.135.656)	Depreciação e amortização	10.323.943	9.357.394
Adiantamentos a fornecedores	10.076.950	3.687.682	Despesas gerais e administrativas	(55.947.168)	(53.047.282)	Resultado na baixa de imobilizado	77.637	-
Outras contas a receber	24.115.206	3.187.778	Outras despesas operacionais	68.656.059	(6.112.995)	Juros sobre empréstimos	9.674.256	11.165.835
	492.737.029	545.269.173	Lucro antes do resultado financeiro líquido e impostos	156.700.396	47.269.501	Varição cambial	31.138.531	(6.564.299)
Não Circulante			Resultados financeiro, líquido	(87.022.739)	(11.724.834)	Outras provisões	3.573.844	-
Tributos a recuperar	125.579.003	116.048.393	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	69.677.657	35.544.667	Provisão para contingências	(25.934.152)	11.178.026
Imposto de Renda Diferido	14.412.220	26.206.757	Imposto de renda e contribuição social - correntes	(7.709.817)	(8.074.751)		90.821.899	52.606.872
Depósito judicial	38.357.040	33.487.806	Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(11.794.537)	26.206.757	Clientes	(4.389.016)	(2.522.805)
Outras contas a receber	373.192	373.245	Lucro líquido do exercício	50.173.303	53.676.673	Estoque	13.164.539	179.728.453
Imobilizado	199.516.521	192.483.462	Lucro líquido por ação do capital social	0,05	0,06	Tributos a recuperar	41.753.000	16.653.382
Direito de uso	577	577				Adiantamentos a fornecedores	(6.389.268)	20.094.255
Intangível	103.214	110.105				Outras contas a receber	(20.927.374)	(149.200)
	378.341.767	368.710.346				Depósito judicial	(4.869.234)	(10.210.048)
	871.078.796	913.979.519				Fornecedores	(69.822.373)	(185.542.603)
Passivo						Salários e encargos sociais	448.984	253.300
Circulante						Provisão para férias	-	502.531
Fornecedores e Financiamentos	258.139.092	327.961.465				Adiantamento de clientes	(1.478.462)	(3.529.654)
Empréstimos e Financiamentos	138.718.531	123.030.525				Outras obrigações	(4.327.362)	(4.968.795)
Salários e encargos sociais	8.831.692	8.382.708					(56.836.566)	10.308.816
Adiantamento de clientes	1.706.064	3.184.526				Caixa líquido aplicado pelas atividades operacionais		
Outras provisões	6.622.437	7.548.602				Juros pagos	(10.061.948)	(11.284.172)
Outras contas a pagar	784.600	658.663				Caixa líquido aplicado pelas atividades operacionais	23.923.385	51.631.516
	414.802.416	470.766.489				Imobilizado / direito de uso / intangível	(17.427.748)	(23.162.610)
Não Circulante						Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(17.427.748)	(23.162.610)
Obrigações tributárias	-	11.222.510				Empréstimos e financiamentos - Captações	109.715.634	72.755.435
Provisão para contingências	9.955.304	35.889.456				Empréstimos e financiamentos - Amortizações	(124.778.467)	(106.556.827)
Outras provisões	274.670	227.960				Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de investimentos	(15.062.833)	(33.801.392)
	10.229.974	47.339.927						
Patrimônio líquido						Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido		
Capital social	922.203.787	922.203.787					(8.567.196)	(5.332.486)
Prejuízos acumulados	(476.157.381)	(526.330.684)				Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	52.604.852	57.937.443
	446.046.406	395.873.103				Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	44.037.656	52.604.852
	871.078.796	913.979.519				Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	(8.567.196)	(5.332.596)

Nota Explicativas às Demonstrações Financeiras Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional: A HD Hyundai Construction Equipment Brasil - Indústria e Comércio de Equipamentos de Construção S.A. ("HCE-BR" ou "Companhia") com sede social e foro na Cidade de Itaitia, estado do Rio de Janeiro, na Rodovia Presidente Dutra, s/nº, Km 315, parte, Bairro Itaitia, foi constituída em maio de 2011, e tem como atividade econômica principal a fabricação de máquinas e equipamentos pesados, para terraplenagem, pavimentação e construção, peças e acessórios. A HD Hyundai Construction Equipment Brasil - Indústria e Comércio de Equipamentos de Construção S.A., é uma Companhia por ações de capital fechado, devidamente registrada pelo disposto no seu estatuto social, tendo passado por transformação para Sociedade Anônima, em 20 de maio de 2014, devidamente registrado na JUCERJUA. A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. Em abril de 2023, a Companhia divulgou alteração no nome. Anteriormente denominada "Hyundai Construction Equipment Brasil - Indústria e Comércio de Equipamentos de Construção S.A.", passou a ser "HD Hyundai Construction Equipment Brasil - Indústria e Comércio de Equipamentos de Construção S.A. (HCE-BR)".

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB, aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). 2.2. Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e passivos financeiros, quando aplicável, mensurados a valor justo. A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem os saldos das contas de clientes, depreciação, fornecedores e demais obrigações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Entretanto, a Companhia revisa, anualmente, suas estimativas e premissas contábeis. 2.3. Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras estão em Reais, moeda funcional e de apresentação. 2.4. Estimativas contábeis: Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para contabilização de certos ativos e passivos e outras transações. A definição das estimativas e julgamentos contábeis adotados pela Administração foi elaborada com a utilização das informações disponíveis na data, envolvendo experiência de eventos passados e previsão de eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem várias estimativas tais como: Provisão de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa: constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das suas contas a receber, levando em consideração as estatísticas de perdas históricas, e quando necessário, uma avaliação individual das principais das contas a receber inadimplentes com riscos eminentes de realização. Provisões para contingências: A Companhia reconhece provisão para causas fiscais e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Imobilizado e intangível: a Administração revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente, ao encerramento de cada exercício. Durante o exercício, a Administração conduziu que as vidas úteis dos bens do imobilizado e intangível eram adequadas, não sendo requeridos ajustes. 3. Resumo das principais práticas contábeis: a) Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. b) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, de vencimentos até 3 meses, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa, o dinheiro em caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras de liquidez imediata e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. c) Clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias. A Companhia, com o objetivo de mensurar seus recebíveis, levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles ligadas, realizou o ajuste ao valor recuperável em suas contas a receber, com intuito de prestar informações que possibilitem melhor tomada de decisão. d) Estoques: Estão representados por mercadorias destinados à venda e revenda avaliados pelo respectivo custo médio de aquisição ou produção, deduzida de provisão para obsolescência e de perdas de estoques que não supera o valor de mercado. O valor realizável líquido dos estoques é representado pelo preço de venda estimado no curso normal dos negócios deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para se concretizar a venda. As provisões para perdas de estoques são registradas com base em percentuais aplicados em análises de aging e perdas com materiais obsoletos. As importações em andamento estão demonstradas ao custo de cada importação que não supera o valor de mercado. e) Tributos a recuperar: Estão representados por créditos tributários referentes à impostos das compras de mercadorias, os quais serão compensados com obrigações fiscais futuras e retenção na fonte de aplicações financeiras. A Companhia possui controles que lhe possibilitam avaliar que haverá a recuperação dos créditos, seja via apuração normal, compensação ou ressarcimento. f) Adiantamentos a fornecedores: Os adiantamentos a fornecedores são demonstrados pelo valor histórico que não supera o valor de mercado. g) Imobilizado: O imobilizado é registrado ao custo de aquisição e deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, as taxas que levam em consideração o tempo de vida útil dos bens. A Companhia efetuou a análise dos ativos, mediante inventário das máquinas e equipamentos. A Administração da Companhia efetuou a revisão dos prazos de vida útil do seu ativo imobilizado por julgar terem conhecimento de dados mais realistas. h) Intangível: O ativo intangível está representado por softwares (licenças de uso), estando contabilizado pelo custo de aquisição. A amortização da licença de uso foi calculada pelo método linear com base na estimativa de vida útil dos bens. A Companhia vem efetuando análises sobre a recuperação dos valores no intangível, a fim de que sejam registradas as perdas de valor do capital aplicado e efetuou a revisão dos prazos de vida útil do seu ativo intangível por julgar terem conhecimento de dados mais realistas. i) Instrumentos financeiros: a) Classificação e mensuração. A administração classifica os instrumentos financeiros nas devidas categorias da norma do CPC 48. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. i) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado por meio do resultado: Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, devem ser classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge (proteção). A Empresa não possui ativos dessa natureza em 31 de dezembro de 2024. Incluem-se nessa categoria os empréstimos obtidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados no ativo não circulante, quando existentes). Os empréstimos e recebíveis da Empresa compreendem as contas a receber de clientes, partes relacionadas e demais contas a receber. ii) Ativos financeiros ao custo amortizado: Ativos financeiros ao custo amortizado são os ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São apresentados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Os ativos financeiros ao custo amortizado da Empresa compreendem o "Caixa e equivalentes de caixa", "Contas a receber de clientes", "Impostos a recuperar", "Partes relacionadas" e "Outras contas a receber" que devem ser registrados ao custo amortizado por meio do resultado, de acordo com o IFRS 9/CPC 48. b) Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. c) Impairment de ativos financeiros: Ativos mensurados ao custo amortizado: A Empresa avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda têm um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Empresa usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: • Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor. • Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal. • A Empresa, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria; • Toma-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; • O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; • Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais

4. Empréstimos e financiamentos Instituições Financeiras			Taxa de Juros			Início do contrato			Término do contrato			Valor Contábil		
												2024		
(1) Banco Itaú S.A.			7,71% (average)			14/02/2023			08/08/2024			7.518.115		
(2) Banco Itaú S.A.			8,02% (average)			14/10/2024			09/10/2025			10.807.450		
(3) Banco Itaú S.A.			8,02% (average)			25/11/2024			20/11/2025			16.216.461		
(4) Banco do Brasil S.A.			7,4% ~ 7,95%			17/11/2023			08/11/2024			2.931.052		
(6) Woorl Bank S.A.			2,15% + SOFR 3M			26/08/2024			26/08/2025			5.609.215		
(7) Woorl Bank S.A.			2,15% + SOFR 3M			13/12/2024			12/12/2025			6.212.566		
(8) Banco KDB do Brasil S.A.			1,95% + SOFR 3M			25/09/2024			25/09/2025			18.593.093		
(9) Banco Keb Hana do Brasil S.A.			1,90% +SOFR 3M			22/08/2024			21/08/2025			19.083.606		
												76.522.391		

Partes relacionadas HD Hyundai Construction Equipment Co., Ltd. 4,60% 2025			Taxa de Juros	Ano de vencimento	Valor Contábil	
					2024	2023
					62.196.140	-
					62.196.140	-
			138.718.531	123.030.525		
Diante da necessidade de caixa, a Companhia renovou e manteve empréstimos e financiamentos diversificando os Bancos parceiros. Os realizados com Banco Itaú S.A. e Banco do Brasil S.A. estão na categoria de ACC (Adiantamento sobre Contrato de Câmbio). Para os bancos Woorl Bank S.A., KDB e Keb Hana, a amortização dos juros é realizada de forma trimestral e do principal apenas no vencimento. Para os demais, a amortização do saldo total se dará apenas no vencimento. 5. Gestão de risco financeiro: A Companhia pode estar exposta aos seguintes riscos de acordo com a sua atividade: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco operacional. A Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos, os quais estão resumidos abaixo: Risco de crédito: A política de vendas da Companhia considera baixo o risco de crédito em seu segmento de mercado. Ainda assim, a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber, a Companhia tem adotado sistematicamente políticas de monitoramento, bloqueio, revisão de limites de crédito. Risco de liquidez: E o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitorados diariamente pela Gerência Financeira. Risco com taxa de juros: O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a financiamentos captados no mercado. A Companhia normalmente tem contratos com taxas pós-fixadas para os empréstimos de curto e longo prazo, não havendo nenhum tipo de arbitragem com fins especulativos na contratação de empréstimos com taxas pré-fixadas. A HCE-BR utiliza a geração de caixa das atividades operacionais para						

gerir as suas operações assim como para garantir seus investimentos e expansão. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, o Grupo obtém empréstimos e financiamentos em moedas locais sujeitos à flutuação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. A HCE-BR também está exposta à flutuação de taxas de juros referentes ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do CDI. A análise de sensibilidade, dos juros sobre os equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, utilizou as projeções do CDI para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica do Boletim Focus. Os resultados, em valores nominais, são como seguem:						
	Operação	Risco	Valor contábil	Cenário I provável	Cenário II -0,50%	Cenário III 0,50%
Ativo	Equivalentes de caixa	CDI	44.037.656	50.700.553	54.536.050	66.913.007
	Passivo					
Empréstimos e financiamentos	SOFR	49.498.480	51.300.225	52.233.889	55.085.859	58.859.859
	Efeito líquido		93.536.136	102.000.778	106.769.939	121.998.866
CDI (a.a.)			15,13%	7,57%	22,70%	
	SOFR		3,64%	1,82%	5,46%	
Risco com taxa de câmbio: O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realizações mais adequada. Instrumentos financeiros por categoria: Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Hyundai, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, são como segue:						

			31/12/2024			31/12/2023		
			Contábil			Contábil		
Ativo								
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)			Valor justo por meio de resultado					
Contas a receber de clientes			Custo amortizado					
Contas a receber de partes relacionadas			Custo amortizado					
Passivo								
Fornecedores			Custo amortizado					
Contas a pagar com partes relacionadas			Custo amortizado					
Empréstimos e financiamentos			Custo amortizado					

Gestão de capital: O objetivo da gestão de capital da Hyundai é assegurar que se mantenha uma classificação de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Hyundai e maximizar o valor aos acionistas. A Hyundai controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. O Grupo pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Não houve mudança nos objetivos,

gerir as suas operações assim como para garantir seus investimentos e expansão. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, o Grupo obtém empréstimos e financiamentos em moedas locais sujeitos à flutuação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas

HD HYUNDAI CONSTRUCTION EQUIPMENT BRASIL
INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE CONSTRUÇÃO S.A.
CNPJ/MF Nº 13.837.846/0001-22

	2024	2023
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	(138.718.531)	(123.030.525)
Fornecedores (Nota 13)	(258.139.092)	(327.961.465)
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	44.037.656	52.604.852
Dívida líquida (a)	(352.819.967)	(398.387.138)
Patrimônio líquido (b)	446.046.409	395.873.103
Capital social e dívida líquida (a+b)	93.226.442	(2.514.035)
Quociente de alavancagem (a/[a+b])	79%	101%

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e acionistas da **HD Hyundai Construction Equipment Brasil - Indústria e Comércio de Equipamentos de Construção S.A.** Rio de Janeiro - RJ - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da HD Hyundai Construction Equipment Brasil - Indústria e Comércio de Equipamentos de Construção S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros Assuntos:** Auditoria dos valores correspondentes: As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 26 de junho de 2024, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude

Diretores:
Daecheol Jeong; Já Young Hui; Eun Soon Kim; Sung Hyuk Lee; Juyoul Lee; Jinho Sul; Junghoon Jang; Yoon Suk Baek; Jinhwan Chung; Kiyong Lee; Seongbo Shim; Hyun Joon Lee.

Responsável técnico:
Igor Soares Leite - Contador - CRC PA-013630/O-9

é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 16 de maio de 2025.
ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/F.
Fernando Alberto S. Magalhães - Contador CRC-1SP-133169/O-0.

Rio de Janeiro

INVERNO: Sol o dia todo sem nuvens.
Noite de tempo aberto.

Manhã

Tarde

Noite

27° 14° 5% 06:35 17:30

2025

Pequenas e médias empresas online faturam R\$ 199 milhões

As pequenas e médias empresas online do Estado do Rio de Janeiro movimentaram R\$ 199,5 milhões no primeiro semestre deste ano, o que representa um aumento de 33% em comparação com o mesmo período de 2024. Ao todo, foram comercializados 3 milhões de produtos, um crescimento de 11% em relação aos primeiros seis meses do ano passado. Os dados são de pesquisa da Nuvemshop, plataforma de e-commerce líder na América Latina.

“O desempenho das pequenas e médias empresas online do Estado do Rio de Janeiro mostra a relevância desse segmento para a dinamização da nossa economia e a força do comércio eletrônico no estado. Demonstra também a capacidade de adaptação dos empreendedores fluminenses ao ambiente digital e os efeitos positivos das políticas públicas voltadas à inovação, qualificação e apoio aos pequenos negócios, fundamentais para a geração de empregos e renda”, declarou o governador Cláudio Castro (foto).

Segundo a pesquisa da Nuvemshop, o número total de pedidos chegou a 896 mil, 25%



a mais que no mesmo período de 2024, com ticket médio de R\$ 222,50. Já em relação aos meios de pagamento, o Pix (49,5%) lidera, seguido pelo cartão de crédito, que representa 45,5% dos pedidos pagos. Entre os segmentos que tradicionalmente mais faturam no estado estão Moda, Acessórios e Saúde & Beleza.

Para a secretária interina de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, Fernanda Curdi, o e-commerce é uma excelente porta de entrada para quem quer empreender.

“Especialmente para novos negócios e pequenos empreendedores, o e-commerce é uma opção atraente pela facilidade de acesso, menor custo inicial e a possibilidade de alcançar um público amplo através da internet!, explicou a secretária.

Ainda de acordo com a Nuvemshop, no ano passado as pequenas e médias empresas do varejo online do Rio de Janeiro movimentaram R\$ 356,5 milhões, resultado 43% a mais que o registrado em 2023. No total, mais de seis milhões de produtos foram vendidos em 2024, representando um aumento de 42% em relação ao ano anterior.

SURDOS MUDOS

Prefeitura abre 480 vagas para Curso de Libras para o segundo semestre

O Rio de Janeiro tem mais de 450 mil pessoas com deficiência. Saber se comunicar em Libras (Língua Brasileira de Sinais) pode ser o primeiro passo para um mundo mais acessível e inclusivo. Pensando nisso, a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPD), por meio da Central Carioca de Intérpretes de Libras (CCIL), acaba de abrir inscrições para o Curso Gratuito de Comunicação Básica em Libras para o segundo semestre de 2025. A iniciativa é apenas para moradores da cidade.

Ao todo, serão ofertadas 480 vagas, distribuídas em oito turmas: cinco presenciais e três virtuais. As aulas começam em 11 agosto e vão até novembro, com carga horária de 40 horas, incluindo professores proficientes e videoaulas dinâmicas.

O objetivo da secretaria vai além de ensinar um novo idioma, é quebrar barreiras, aproximar pessoas e garantir o direito

básico de comunicação para todos os cidadãos.

“Queremos incentivar cada vez mais pessoas a aprenderem Libras, porque comunicação é direito, E o direito de um precisa ser compreendido pelo outro. Em um país onde muitas vezes o surdo é excluído de interações simples do dia a dia, aprender Libras é também um verdadeiro ato de cidadania e respeito”, analisa a secretária Helena Werneck.

AS AULAS

As vagas são destinadas à sociedade civil, pessoas com deficiência servidores da prefeitura do Rio, familiares ou cuidadores de pessoas com deficiência. As aulas presenciais vão acontecer nos Centros Municipais de Referência da Pessoa com Deficiência (CMRPD) em bairros como Centro, Irajá, Campo Grande, Santa Cruz e Jacarepaguá. Já as aulas virtuais acontecem sempre às quintas-feiras, com três opções de horários.

COOPERATIVA SOLAR PILAR DE CONSUMIDORES DE ENERGIA LTDA. COOP SOLAR PILAR
CNPJ nº 45.561.991/0001-10 - NIRE nº 33.4.0005845-3
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Ficam convocados os senhores cooperados da COOPERATIVA SOLAR PILAR DE CONSUMIDORES DE ENERGIA LTDA. – COOP SOLAR PILAR, a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 26 de julho de 2025, às 09:00 horas, em primeira convocação, às 10:00 horas em segunda, e às 11:00 horas em terceira e última convocação, no Espaço Fundo de Quintal, localizado na Rua Adeldo-lote 08 – quadra G, nº 102, no Parque São João, em Pilar, Duque de Caxias – CEP nº 25.233-380, para: (a) examinar, discutir e votar as contas da Administração da Coop Solar Pilar relativas aos exercícios sociais de 2022, 2023 e 2024, refletidas nos Balanços Patrimoniais de 2022 e de 2024, estes disponíveis no portal SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, e no de 2023; como não houve movimento financeiro/contábil no exercício de 2023, não lhe é dada publicidade no SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, razão pela qual publicamos seu respectivo Balanço Patrimonial junto com este Edital, para o conhecimento de todos; (b) a eleição e/ou a reeleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Coop Solar Pilar; e (c) sobre assuntos de interesse geral. Duque de Caxias/RJ, 09 de julho de 2025. Linda Karla Conceição de Santana - Diretora Presidente; Dayane Duque Saboia Machado Evangelista - Diretora Administrativa.

COOPERATIVA SOLAR PILAR DE CONSUMIDORES DE ENERGIA LTDA. COOP SOLAR PILAR			
CNPJ nº 45.561.991/0001-10 - NIRE nº 33.4.0005845-3			
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023			
	31/12/2023	31/12/2022	
Ativo Circulante			
Caixa	R\$ -	R\$ -	
Total Ativo	R\$ -	R\$ -	
	31/12/2023	31/12/2022	
Passivo Circulante			
Contas a Pagar	R\$ 2.911,14	R\$ 2.911,14	
Patrimônio Líquido			
Resultado do Exercício	R\$ (2.911,14)	R\$ (2.911,14)	
Total Passivo	R\$ -	R\$ -	
Cristina Fernandes Moço - CRC nº 06814109			

NOVA BÚZIOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA.
CNPJ sob o nº 40.516.245/0001-90
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO DE SÓCIOS
Na qualidade de sócios da sociedade empresária limitada **NOVA BÚZIOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA.**, cadastrada no CNPJ sob o nº 40.516.245/0001-90 e com embasamento no art. 1.073, I do Código Civil (Lei Federal nº 10.046, de 10 de janeiro de 2002), convocamos todos os seus respectivos sócios para a Reunião Extraordinária de Sócios, a ocorrer no dia 30 de Julho de 2025, às 19 horas, na sede da empresa, Rua Prudente de Moraes, nº 368 apart. 601 Bloco 2, bairro Ipanema, município Rio de Janeiro - RJ, CEP 22.420-040. A matéria a ser deliberada em reunião será a alteração do contrato social da sociedade, para constar cláusula de exclusão extrajudicial de sócios, nos termos do art. 1.085 do Código Civil. Em obediência aos arts. 1.074 e 1.079 do Código Civil, a Reunião de Sócios instala-se, em primeira chamada, com 3/4 (três quartos) do capital social e, em segunda, com qualquer número. Os sócios que não puderem comparecer na data e horário marcados poderão se fazer representar por procuradores devidamente constituídos através da outorga de mandato, com especificação precisa dos poderes e atos autorizados. Contando com a presença e participação de V. S. as, subscrevemo-nos. Rio de Janeiro/RJ, 16 de julho de 2025. **Eduardo Homem Martins Almeida**, Sócio Administrador. **Lagos de Itaipava Empreendimentos Imobiliários Ltda.** (Rep. Legal **Maria Tereza Gomes Lacerda**), Sócia. **Terra Forte Consultoria e Empreendimentos Ltda** (Rep. Legal **Ricardo de Freitas Goulart**), Sócia.

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) **99122-4278** / (11) **2655-1899**

publicidade@diariodoacionista.com.br

REQUERIMENTO DE LICENÇA
CONDOMÍNIO ARTE JARDIM, inscrita no CNPJ sob o nº 52.190.569/0001-60 torna público que requereu à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento - SMDU, através do Processo EIS-PRO-2025/08883, a Licença Municipal Prévia e de Instalação - LMPi, para execução das obras de drenagem urbana nos logradouros AV. OE, AV. 6, AV. 8, AV. 1, Rua 2.4.1, Rua 2.4.2, Rua 2.5.1 e Rua 2.5.2 DO PAA 10.448 PAL 40481, Barra Olímpica

Scor Brasil Resseguros S.A.
CNPJ/MF nº 19.851.775/0001-07 – NIRE 33.300.313.168
Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 27/12/2024
Data, Hora e Local: Aos 27/12/2024, às 09h00, exclusivamente por meio de videoconferência. **Quórum:** Presentes os Conselheiros representando a totalidade de seus membros. **Convocação:** Verificou-se, em 1ª convocação, a presença de todos os Conselheiros, tornando-se dispensável a convocação. **Mesa:** Presidente: Eric Laurent Jenck; Secretária: Leticia Wienskosi. **Deliberações da Ordem do Dia, aprovadas por unanimidade de votos:** (i) Ratificar a composição da Diretoria Executiva eleita na Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 08/03/2024, conforme abaixo: Fabio Henrique Ferreira de Pinho, Início 31/03/2024, Fim 31/03/2027; Fernando Viana dos Reis, Início 31/03/2024, Fim 31/03/2027; Gilberto Kaoru Fujita, Início 31/03/2024, Fim 31/03/2027; Marlene Barbosa Pamplona, Início 31/03/2024, Fim 31/03/2027; Dafne Coutinho Santos, Início 31/03/2024, Fim 31/03/2027; Rafael Zimmer Polking, Início 31/03/2024, Fim 31/03/2027. (ii) Alterar e consolidar as designações e funções dos referidos Diretores perante a SUSEP, conforme a seguir: **a) Funções de caráter executivo ou operacional:** 1. Diretor responsável pelas relações com a Susep (Art. 54º, § 1º da Circular nº 700, de 04/04/2024), Sra. Dafne Coutinho Santos; 2. Diretor responsável técnico (Art. 3º, II da Resolução nº 432, de 12/11/2021), Sra. Dafne Coutinho Santos; 3. Diretor responsável pelo cumprimento das obrigações de registro das apólices e endossos (Art. 2º da Resolução nº 143, de 27/12/2005), Sra. Dafne Coutinho Santos; 4. Diretor responsável administrativo-financeiro (Art. 54º, § 2º da Circular nº 700, de 04/04/2024), Sr. Fernando Viana dos Reis; 5. Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (Art. 3º, III da Resolução nº 432, de 12/11/2021), Sr. Fernando Viana dos Reis; 6. Diretor responsável pelo cumprimento do registro eletrônico de operações (Art. 13 da Resolução nº 383, de 20/03/2020), Sr. Fernando Viana dos Reis; e 7. Diretor estatutário para responder pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de auditoria contábil independente previstos na regulamentação em vigor (Art. 3º, § 3º, Resolução nº 432/2021), Sr. Fernando Viana dos Reis. **b) Funções de caráter de fiscalização ou controle:** 1. Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei 9.613/98, referente a crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro (Art. 1º, IV da Circular nº 234, de 28/08/2003 e Art. 12 da Circular nº 612, de 18/08/2020), Sra. Marlene Barbosa Pamplona; e 2. Diretor responsável pelos controles internos (Art. 9º da Resolução nº 416, de 20/07/2021), Sra. Marlene Barbosa Pamplona. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião, sendo lavrada a presente Ata. Rio de Janeiro, 27/12/2024. **Mesa:** Eric Laurent Jenck – Presidente; Leticia Wienskosi – Secretária. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Certifico o arquivamento em 08/07/2025 sob o nº 00007069405 e demais constantes do termo de autenticação. Protocolo 2025/00689251-0 de 08/07/2025. Gabriel Oliveira de Souza Voi – Secretário Geral.

Essor Seguros S.A.
CNPJ/MF nº 14.525.684/0001-50 – NIRE 33.300.303.081
Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 30/04/2025
Data, Hora e Local: Aos 30/04/2025, às 10:00 horas, exclusivamente por meio de videoconferência. **Quórum:** Presentes os Conselheiros representando a totalidade de seus membros. **Convocação:** Verificou-se, em 1ª convocação, a presença de todos os Conselheiros. **Mesa:** Presidente: Fabio Henrique Ferreira de Pinho; e Secretária: Leticia Wienskosi. **Deliberações da Ordem do Dia, aprovadas por unanimidade de votos:** (i) Alterar e consolidar as funções dos Diretores responsáveis perante a SUSEP, conforme a seguir: **Funções executivas ou operacionais:** 1.1. Diretor responsável pelas relações com a Susep (Art. 54, § 1º, da Circular SUSEP nº 700, de 04/04/2024), Sra. **Vanessa Stephanie Medina Arteaga;** 1.2. Diretor responsável técnico (Art. 1º, II da Circular nº 234, de 28/08/2003 e Art. 3º, II da Resolução CNSP nº 432, de 12/11/2021), Sr. **Leandro Evangelista Poli;** 1.3. Diretor responsável administrativo-financeiro (Art. 54, § 2º, da Circular SUSEP nº 700, de 04/04/2024), Sra. **Vanessa Stephanie Medina Arteaga;** 1.4. Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (Art. 3º, III da Resolução CNSP nº 432, de 12/11/2021), Sra. **Vanessa Stephanie Medina Arteaga;** 1.5. Diretor responsável pelo cumprimento das obrigações de registro das apólices e endossos emitidos e dos seguros aceitos pelas sociedades seguradoras em contas específicas e exclusivas (Art. 2º da Resolução CNSP nº 143/2005), Sr. **Leandro Evangelista Poli;** 1.6. Diretor responsável pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados (Art. 22 da Resolução CNSP nº 431, de 12/11/2021), Sr. **Leandro Evangelista Poli;** 1.7. Diretor responsável pelo cumprimento do registro eletrônico de operações (Art. 13 da Resolução CNSP nº 383 de 20/03/2020), Sr. **Leandro Evangelista Poli;** e 1.8. Diretor responsável pela política institucional de conduta (Art. 12 da Resolução CNSP nº 382 de 04/03/2020), Sr. **Márcio Jorge Feital Peixoto da Silva;** 1.9. Diretor estatutário para responder pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de auditoria contábil independente previstos na regulamentação em vigor (Art. 3º, § 3º, Resolução CNSP nº 432/2021), Sra. **Vanessa Stephanie Medina Arteaga.** **Funções de caráter fiscalizatório ou controle:** 1.10. Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei 9.613/98, referente a crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro (Art. 1º, IV da Circular SUSEP nº 234, de 28/08/2003 e Art. 12 da Circular SUSEP nº 612, de 18/08/2020), Sra. **Marlene Barbosa Pamplona;** e 1.11. Diretor responsável pelos controles internos (Art. 9º da Resolução CNSP nº 416, de 20/07/2021), Sra. **Marlene Barbosa Pamplona.** (ii) Ratificar a composição da Diretoria Executiva reeleita na Reunião do Conselho de Administração realizada em 26/02/2024, conforme a seguir: a) **Elizeu Barbosa Soares**, RG nº 09159451-5, IFPRJ e CPF/MF nº 012.205.077-09; b) **Elvira Lanzillotta**, RG nº 10394248-8, IFPRJ e CPF/MF nº 069.612.737-77; c) **Filipe Bonetti Alves**, RG nº 50.817.065-5 (IRRGD/SSP/SP) e CPF/MF nº 999.062.106-30; d) **Leandro Evangelista Poli**, RG nº 20.729.963-8 e CPF/MF nº 166.314.758-21; e) **Márcio Jorge Feital Peixoto da Silva**, CNH nº 00420581751, DETRAN-RJ e CPF/MF nº 023.462.957-60; f) **Marlene Barbosa Pamplona**, RG 16.581.096-8 SSP, SP e CPF/MF nº 083.695.288-05; g) **Vanessa Stephanie Medina Arteaga**, RNE nº W336579- N e CPF/MF nº 054.205.097-84. Elizeu Barbosa Soares, Início 26/02/2024, Fim 26/02/2027; Elvira Lanzillotta, Início 26/02/2024, Fim 26/02/2027; Filipe Bonetti Alves, Início 26/02/2024, Fim 26/02/2027; Leandro Evangelista Poli, Início 26/02/2024, Fim 26/02/2027; Márcio Jorge Feital Peixoto da Silva, Início 26/02/2024, Fim 26/02/2027; Marlene Barbosa Pamplona, Início 26/02/2024, Fim 26/02/2027; Vanessa Stephanie Medina Arteaga, Início 26/02/2024, Fim 26/02/2027. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia. Rio de Janeiro (RJ), 30/04/2025. Fabio Henrique Ferreira de Pinho – Presidente; Leticia Wienskosi – Secretária. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Certifico o arquivamento em 11/07/2025 sob o nº 00007076325 e demais constantes do termo de autenticação. Protocolo 2025/00689693-1 de 08/07/2025. Gabriel Oliveira de Souza Voi – Secretário Geral.

ACIDENTE DA AIR ÍNDIA

Índia ordena que aéreas inspecionem modelos da Boeing

O órgão regulador da aviação da Índia ordenou na segunda-feira passada, que as companhias aéreas que operam vários modelos da Boeing vistorem os interruptores de controle de combustível, dias depois que uma investigação sobre o acidente do avião da Air India no mês passado descobriu que eles estavam desligados, deixando os dois motores sem combustível.

A Diretoria Geral de Aviação Civil da Índia declarou que a diretriz se aplica ao Boeing 787 Dreamliner e a algumas variantes do Boeing 737. As companhias aéreas devem concluir as inspeções e apresentar suas conclusões ao órgão regulador até a próxima segunda-feira.

Um relatório preliminar sobre o acidente da Air India, que matou 260 pessoas na cidade de Ahmedabad, no noroeste do país, constatou que os interruptores se deslocaram em um segundo, o que cortou o fornecimento de combustível para ambos os motores.

O material, divulgado na semana passada, não apresentou nenhuma conclusão sobre o motivo da queda do avião. Ele também não disse como os interruptores poderiam ter mudado da posição de funcionamento para a de corte durante o voo. O movimento dos interruptores de controle de combustível permite e corta o fluxo de combustível para os motores do avião.

QUEDA

O Boeing 787-8 Dreamliner caiu em 12 de junho, logo após a decolagem. Ele matou todas as 242 pessoas a bordo, com exceção de uma, e 19 pessoas no solo.

O relatório, emitido pelo Departamento de Investigação de Acidentes Aeronáuticos da Índia, observou um aviso de 2018 da Administração Federal de Aviação dos Estados Unidos, que recomendou que as companhias aéreas que operam modelos da Boeing inspecionem o recurso de travamento

dos interruptores de corte de combustível.

De acordo com o material, as gravações de voz da cabine de comando capturaram um momento de confusão entre os pilotos, com um deles perguntando ao outro por que havia cortado o combustível. "O outro piloto respondeu que não havia feito isso", diz o relatório.

Alguns especialistas em aviação na Índia especularam que o acidente tenha sido causado por erro humano com base no relatório preliminar. Pelo menos duas associações de pilotos comerciais rejeitaram tais alegações.

A Associação de Pilotos Comerciais da Índia, em um comunicado divulgado no domingo, 13, disse que estava "profundamente perturbada por narrativas especulativas (...) particularmente a insinuação imprudente e infundada de suicídio do piloto".

O CEO da Air India, Campbell Wilson, disse nesta segunda-feira que o relatório preliminar sobre a queda do avião com destino a Londres não encontrou problemas mecânicos ou de manutenção na aeronave e em seus motores.

Em um memorando interno para a equipe da companhia aérea visto pela reportagem, Wilson disse que o material afirmava que todas as tarefas de manutenção obrigatórias da aeronave haviam sido concluídas.

"Não houve nenhum problema com a qualidade do combustível e nenhuma anormalidade na decolagem. Os pilotos foram aprovados em seu teste obrigatório de respiração antes do voo e não houve observações relativas ao seu estado médico", disse ele na nota.

Após o acidente, as autoridades indianas ordenaram verificações mais profundas de toda a frota de Boeing 787 Dreamliner da Air India para evitar futuros incidentes. A companhia aérea tem 33 Dreamliners em sua frota.

dato permanecerá na unidade de terapia intensiva em ventilação mecânica, sob sedação e com monitoramento neurológico constante.

Burgos de la Espriella explicou que, sob sedação, a neuroreabilitação pode ajudar nos movimentos automáticos dos quatro membros, incluindo o pescoço, mas tem limitações para progredir em estágios como a terapia da fala.

"Minha maior preocupação pessoal é a recuperação funcional. A sobrevivência é importante, claro, mas, para nós, o aspecto complementar é saber até que ponto o paciente se recuperará", disse o neurocirurgião.

A evolução médica de Uribe é um "milagre" para sua esposa, María Claudia Tarazona. Ela disse ao programa de televisão Los Informantes no domingo, 13, que, após o ataque, foi informada de que ele havia entrado em "morte cerebral", o que significa que ele sobreviveria apenas algumas horas. No entanto, os médicos deram-lhe um relatório encorajador pouco depois. "Voltei à clínica e disseram-me: 'é outro paciente, outro cérebro, e o Miguel está recuperado.'"

Quatro pessoas supostamente envolvidas na execução e no planejamento do ataque ao político conservador foram presas. Entre eles, um menor acusado de atirar nas costas do pré-candidato e o suposto principal planejador do ataque, Elder José Arteaga Hernández, conhecido como "El Costeño".

COMO FOI O ATENTADO
Uribe foi baleado em 7 de junho enquanto fazia um discurso de campanha em um parque no oeste de Bogotá. Desde então, ele permanece na clínica, e seu prognóstico é considerado extremamente sério, embora ele tenha continuado a melhorar.
A clínica indicou que o candi-

TRAMA GOLPISTA

PGR pede condenação de Bolsonaro e mais 7 réus

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

A Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu na segunda-feira ao Supremo Tribunal Federal (STF) a condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro e de mais sete réus do núcleo 1 da trama golpista.

A manifestação foi enviada ao ministro Alexandre de Moraes, por volta das 23h45, e faz parte das alegações finais, a última fase antes do julgamento dos acusados, que deve ocorrer em setembro deste ano.

No documento, que tem 517 páginas, o procurador-geral, Paulo Gonet, defende que Bolsonaro e os demais réus sejam condenados pelos crimes de organização criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado pela violência e grave ameaça e deterioração de patrimônio

REAÇÃO

Brasil volta a repudiar intromissão dos EUA em assuntos do Judiciário

O Ministério das Relações Exteriores publicou ontem nota na qual o governo brasileiro "deplora e rechaça", mais uma vez, manifestações do Departamento de Estado norte-americano e da embaixada daquele país em Brasília.

O texto considera as declarações, feitas em redes sociais, como nova intromissão "indevida e inaceitável" em assuntos de responsabilidade do Poder Judiciário brasileiro.

"Tais manifestações não con-

tombado.

As penas máximas para os crimes passam de 30 anos de prisão.

Além de Bolsonaro, a PGR pediu a condenação dos seguintes réus:

- Walter Braga Netto, general de Exército, ex-ministro e vice de Bolsonaro na chapa das eleições de 2022;
- General Augusto Heleno, ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional;
- Alexandre Ramagem, ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência - Abin;
- Anderson Torres, ex-ministro da Justiça e ex-secretário de segurança do Distrito Federal;
- Almir Garnier, ex-comandante da Marinha;
- Paulo Sérgio Nogueira, general do Exército e ex-ministro da Defesa;
- Mauro Cid, delator e ex-ajudante de ordens de Bolsonaro.

dizem com os 200 anos da relação de respeito e amizade entre os dois países", destaca o ministério, liderado pelo chanceler Mauro Vieira.

"No que se refere ao comércio, o Brasil vem negociando com autoridades norte-americanas, desde março, questões relativas a tarifas, de interesse mútuo, e está disposto a dar sequência a esse diálogo, em benefício das economias, dos setores produtivos e das populações de ambos os países. A equivocada

Em caso de condenação, Cid deverá ter a pena suspensa devido ao acordo de delação premiada assinado com a Polícia Federal (PF) durante as investigações.

BOLSONARO

Na manifestação, o procurador-geral descreveu o papel do ex-presidente Jair Bolsonaro na trama golpista.

Segundo ele, Bolsonaro figura como líder da organização criminosa e foi o "principal articulador e maior beneficiário" das ações para tentar implantar um golpe de Estado no país em 2022.

Nas palavras de Gonet, o ex-presidente instrumentalizou o aparato estatal e operou em "esquema persistente" de ataque às instituições públicas e ao processo sucessório após o resultado das eleições presidenciais.

"Com o apoio de membros do alto escalão do governo e de

da politização do assunto não é de responsabilidade do Brasil, país democrático cuja soberania não está e nem estará jamais na mesa de qualquer negociação."

Na segunda-feira passada, o Departamento de Estado dos EUA publicou um texto na rede social X afirmando que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes fazem ataques ao ex-presidente Jair Bolsonaro que seriam "uma vergonha e estão muito abaixo

setores estratégicos das Forças Armadas, mobilizou sistematicamente agentes, recursos e competências estatais, à revelia do interesse público, para propagar narrativas inverídicas, provocar a instabilidade social e defender medidas autoritárias", disse o procurador.

PRÓXIMOS PASSOS

Com a apresentação da manifestação da PGR, começa a contar o prazo de 15 dias para que a defesa de Mauro Cid, delator na investigação, apresente suas alegações finais ao STF.

Em seguida, será a vez das defesas dos réus apresentarem suas alegações no mesmo prazo. Após receber todas as manifestações, a data do julgamento será marcada pela Primeira Turma da Corte.

Nos bastidores do STF, a expectativa é de que o julgamento seja realizado em setembro deste ano.

da dignidade das tradições democráticas do Brasil".

A Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) a condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro e de mais sete réus do núcleo 1 da trama golpista.

A manifestação foi enviada nessa segunda-feira ao ministro Alexandre de Moraes e faz parte das alegações finais, a última fase antes do julgamento dos acusados, que deve ocorrer em setembro deste ano.

XINGAMENTOS

Conselho de Ética da Câmara suspende mandato de André Janones por 3 meses

FELLIPE GUALBERTO/AE

O Conselho de Ética da Câmara suspendeu ontem, por três meses o mandato do deputado André Janones (Avante-MG). Ao todo, foram 15 votos favoráveis e três contrários. Janones é acusado de proferir "xingamentos ultrajantes" contra o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) durante sessão na Casa em 9 de julho.

A representação, movida pela Mesa Diretora da Casa, propunha suspensão do deputado por seis meses por "suposta quebra de decoro parlamentar".

O deputado federal Fausto Santos Júnior (União-AM), rela-

tor da representação, no entanto, considerou que o prazo de 90 dias "é proporcional à gravidade da conduta e permite resposta institucional firme e exemplar".

Janones pode recorrer ao plenário da Câmara.

"Encaminho a decisão do Conselho de Ética à Mesa Diretora, cabendo recurso ao Plenário da Câmara dos Deputados. Comunico ao deputado André Janones a decisão do Conselho de Ética", disse o deputado Fábio Schiochet (União-SC), que presidia a reunião, após a conclusão da votação.

A denúncia, feita pelo PL, afirma que os xingamentos de

Janones "ultrapassaram os limites da liberdade de expressão e da imunidade parlamentar, configurando violação manifestada ao decoro parlamentar".

Janones, enquanto Nikolas usava a palavra, teria disparado insultos como "capachos", "viralatas" e expressões de cunho homofóbico, "ainda que o termo exato não tenha sido transcrito". De acordo com Fausto Santos Júnior, "o uso de linguagem discriminatória como instrumento de ofensa pessoal agrava a situação e fere diretamente os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana".

Os xingamentos provocaram

uma confusão em que Janones foi empurrado, enquanto se ouvia gritos de "rachadinha" dos deputados do PL, em alusão à suposta prática no gabinete do deputado. A Polícia Legislativa teve que intervir.

Em resposta, Janones afirmou, por meio do seu perfil no X, que foi agredido na data e compartilhou vídeo que comprovaria o fato. "Já foram feitas queixas crimes pelo crime de lesão corporal contra: Giovani Cherini e Deputado Rodolfo Nogueira. Sargento Gonçalves, além do crime de lesão corporal, também é investigado por importunação sexual", disse na publicação.

adotada pelo grupo político de Jair Bolsonaro.

A eleição presidencial de 2026 é o pano de fundo da disputa: Eduardo quer ser indicado como sucessor do pai, mas vê Tarcísio como favorito dos partidos do Centrão e do empresariado.

Tarcísio tem buscado responsabilizar o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e a diplomacia petista pelo aumento das tarifas, enquanto tenta abrir um canal com o governo americano através da embaixada no Brasil, apresentando dados e informações técnicas para ajudar na reversão da medida.

Para o governador, a prioridade é evitar danos à economia brasileira. As tarifas afetam setores específicos da indústria e do agronegócio, principalmente no estado de São Paulo.

FORAGIDO NOS EUA

Eduardo diz que Tarcísio tem 'subserviência servil às elites'

MARIA MAGNABOSCO/AE

O deputado federal licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) criticou ontem, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), por reunir-se com empresários para tratar do tarifaço imposto pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, aos produtos brasileiros. O filho de Jair Bolsonaro (PL) classificou a postura do governador como "subserviência servil as elites".

Eduardo defende que o Brasil anistie Jair Bolsonaro e os demais acusados de articular a trama golpista para mantê-lo no poder após as eleições de 2022. Para o deputado licenciado, a tentativa de Tarcísio de negociar com empresários e membros da embaixada norte-americana esvazia esse plano.

"Se você estivesse olhando para qualquer parte da nossa indústria ou comércio estaria defendendo o fim do regime de exceção que irá destruir a econo-

mia brasileira e nossas liberdades. Mas como, para você, a subserviência servil as elites é sinônimo de defender os interesses nacionais, não espero que entenda", escreveu Eduardo Bolsonaro no X, direcionando-se à Tarcísio.

O anúncio do presidente norte-americano sobre o aumento nas tarifas aplicadas a produtos brasileiros acirrou a disputa que ocorre nos bastidores entre Eduardo Bolsonaro e Tarcísio de Freitas. Eles discordam sobre a estratégia política que deve ser